

POLÍTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESAFIOS NO CONTEXTO DE PELOTAS/RS

JÚLIA MADAIL DA SILVEIRA¹; ANDRESSA AITA IVO²;

¹*Universidade Federal de Pelotas – julia.madail.b@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – dessaaита@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento homologado em dezembro de 2017, objetiva padronizar e garantir a qualidade da educação básica em todo o território nacional. Ela estabeleceu direitos de aprendizagem e desenvolvimento, organizando um currículo comum para todo o Brasil sendo, até os dias de hoje, alvo de grandes discussões no campo educacional, não se tendo encontrado um consenso sobre ser realmente um avanço ou não das políticas curriculares nacionais.

A partir da BNCC (2017) as redes de ensino e as instituições escolares devem, obrigatoriamente, integrar aos documentos curriculares a parte diversificada, assim, em âmbito estadual temos no Rio Grande do Sul o Referencial Curricular Gaúcho (RCG), e no município de Pelotas o Documento Orientador Municipal (DOM). Nessa direção esta pesquisa teve por objetivo compreender as repercussões desses documentos na produção de políticas curriculares e a atuação do currículo nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Pelotas - RS, na etapa da Educação Infantil.

Dessa forma, o DOM - Pelotas de 2020, foi elaborado através de um processo que envolveu professores, equipes diretivas e supervisores de ensino, e constitui as diretrizes básicas a serem desenvolvidas nas escolas do município. Em meio às políticas curriculares, a Educação Infantil enfrenta desafios significativos, a implementação dessas diretrizes requer uma ponderação entre metas educacionais e o respeito às diversidades e especificidades das crianças, além de uma maior articulação entre as demandas curriculares e as realidades locais, para que se possa lidar com os desafios e adaptar o currículo de forma a promover uma educação integral.

2. METODOLOGIA

Com vistas a alcançar o objetivo desta pesquisa, que segue os pressupostos da abordagem qualitativa, realizamos o estado do conhecimento, abrangendo as publicações mais recentes e pertinentes ao tema, considerando as particularidades da educação infantil no contexto da BNCC.

A coleta de dados foi realizada a partir de um levantamento em três grandes bases de dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório Institucional da Universidade Federal de Pelotas (Guaiaca) e o Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Os descritores utilizados foram "BNCC", "educação infantil", "DOM Pelotas" e "RCG educação infantil", com um recorte temporal de 2017 a 2023.

O levantamento inicial resultou em um total de 28 trabalhos, que foram refinados para incluir apenas aqueles que abordavam a educação infantil em redes municipais no Estado do Rio Grande do Sul. Após essa filtragem, foram identificados 8 trabalhos diretamente relevantes para a continuidade da pesquisa,

embora nenhum deles abordasse especificamente a produção de políticas curriculares para a educação infantil na Rede Municipal de Pelotas.

Posteriormente foi feita a análise documental (Lüdke e André, 1986) da BNCC e do DOM, com enfoque na educação infantil e nas políticas curriculares municipais, visando identificar lacunas, tendências e contribuições relevantes na literatura, para que houvesse uma melhor compreensão do que já foi explorado e o que ainda precisa ser investigado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os trabalhos selecionados e estudados destacam diferentes aspectos e desafios da implementação da BNCC na Educação Infantil e suas implicações para a prática educativa e a formação docente, infelizmente nenhuma produção estudou diretamente o DOM.

A pesquisa de Daiane Lanes de Souza (2022) mostra que a implementação da BNCC na Educação Infantil enfrenta desafios relacionados à pressão por resultados quantificáveis, comprometendo o protagonismo infantil. Apontou que os professores têm se tornado agentes ativos na adaptação das práticas educativas, promovendo um currículo emergente que valoriza a diversidade e as experiências das crianças.

O estudo de Camila Chiodi Agostini (2017) destacou que a BNCC reflete políticas neoliberais que acabam por incentivar a preparação precoce das crianças para o mercado de trabalho. É ressaltada a necessidade de um equilíbrio entre as metas educacionais e o respeito às diversidades infantis.

Juliana Diniz Gutierrez Borges (2022), no que diz respeito à formação de professoras de Educação Infantil, mostra que há tensões entre diferentes concepções de profissionalidade. As políticas educacionais, influenciadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pela BNCC, refletem debates sobre a relação entre educar e cuidar, bem como a preparação para o mercado versus o desenvolvimento integral das crianças. A identidade profissional das professoras é moldada por uma variedade de fatores, sugerindo a necessidade de políticas que reconheçam a complexidade e a diversidade da prática docente.

Leila Duarte Reis (2019) pesquisou diretamente sobre a Educação Infantil em Pelotas/RS, e aponta desafios significativos na oferta de vagas para crianças menores de três anos, dando destaque a insuficiência de financiamento e a falta de prioridade governamental. Mostrou também que soluções paliativas, como a Lei das Mães Crecheiras e as creches domiciliares, são vistas como problemáticas, uma vez que perpetuam a exploração da mão-de-obra feminina e não garantem a qualidade do atendimento. O estudo concluiu que, apesar dos avanços legais, a efetividade das políticas públicas é limitada pela falta de recursos e de vontade política.

Natália de Almeida Ghidini (2020) examina os Campos de Experiência na Educação Infantil, destacando como eles dão a oportunidade de efetivação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento. É visto como fundamental a participação das crianças na construção dos projetos pedagógicos e a continuidade das experiências de aprendizagem. A pesquisa enfatizou a importância de uma formação de qualidade para os professores e a intencionalidade do docente em considerar a criança como um ator social.

Rosemeri Cavalheiro Penteado (2018) analisou os discursos pedagógicos na Educação Infantil em Pelotas, o que revelou uma supervvalorização da prática em

detrimento da teoria entre as professoras, levando ao perpetuamento de práticas tradicionais associadas ao cuidado maternal. A pesquisa sugeriu a necessidade de uma integração maior entre teoria e prática nas formações docentes e propôs cursos de formação continuada que incentivem reflexões mais profundas sobre as práticas pedagógicas.

A pesquisa de Vanessa Silva da Silva (2018) aborda as concepções de educação e currículo na BNCC, criticando a tendência tecnicista e meritocrática do documento, que prioriza habilidades utilitárias em detrimento de uma formação integral. A BNCC é vista como um retrocesso na educação como direito constitucional, por ser influenciada por políticas de responsabilização, e acaba por desconsiderar diversidades locais e promover uma visão mercantilista da educação.

Iloene Pereira Passos Barberi (2023) olhou para as políticas públicas educacionais no Brasil, revelando uma evolução significativa ao longo do tempo, com crescente democratização do acesso à educação devido a movimentos sociais e marcos legislativos. A BNCC aparece no centro de tudo, definindo objetivos de aprendizagem e enfatizando o brincar, a interação social e o desenvolvimento integral na Educação Infantil. As diretrizes da BNCC promovem, em teoria, práticas pedagógicas inclusivas e igualitárias, porém há desafios em sua implementação, como a necessidade de formação continuada dos professores e a adaptação das diretrizes a contextos regionais.

Analizando esse conjunto de teses e dissertações foi possível notar alguns termos que se repetem bastante, entre eles, a educação tecnicista, o preparo do aluno para o mercado de trabalho ao invés de focar na formação integral do aluno. Além disso, a formação continuada e capacitação dos professores também se sobressaltou, enfatizando a necessidade da constante atualização docente.

4. CONCLUSÕES

A implementação da BNCC na Educação Infantil possui obstáculos, refletindo tensões entre a busca por resultados quantificáveis e a necessidade de respeitar o protagonismo e o desenvolvimento integral das crianças. Pode-se observar uma crítica comum à influência de políticas neoliberais no currículo, que tendem a priorizar a preparação precoce para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação mais ampla e humanizadora, perpetuando desigualdades.

Outro ponto destacado é o papel central da formação docente, que precisa ser constantemente atualizada para lidar com as demandas e complexidades da BNCC. As tensões entre as concepções de educar e cuidar são evidentes, assim como a necessidade de uma formação continuada que permita aos professores adaptar suas práticas pedagógicas de maneira crítica e reflexiva. Em contextos locais, como em Pelotas/RS, as dificuldades de implementação das políticas educacionais são agravadas pela falta de recursos e de prioridade governamental, especialmente na oferta de vagas para crianças menores de três anos.

Apesar dos desafios e críticas, a BNCC é reconhecida por trazer alguns avanços, como os "Campos de Experiência", que, em teoria, promovem a participação ativa das crianças na construção de suas aprendizagens. No entanto, para que essas diretrizes se concretizem de maneira eficaz, é fundamental que haja uma intencionalidade pedagógica que considere as diversidades infantis e as

particularidades regionais, o que exigiria que os 40% diversificados fossem de fato implementados. A crítica ao tecnicismo e à meritocracia presentes na BNCC reforça a necessidade de políticas educacionais que promovam uma educação inclusiva e contextualizada, em vez de uma abordagem utilitarista e homogeneizadora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.
- BARBERI, I. P. P. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E AS CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS'
- GHIDINI, N. A. CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL'
- AGOSTINI, C. C. As Artes De Governar O Currículo Da Educação Infantil: A Base Nacional Comum Curricular Em Discussão. 2017.
- SOUZA, D. L. Práticas discursivas e BNCC-EI: sobre interfaces de ambiências e experiências numa escola de educação infantil
- SILVA, V. S. Base Nacional Comum Curricular: uma análise crítica do texto da política.
- REIS, L. D. Políticas globais para a educação infantil: análise da regulamentação e efetividade das políticas para crianças de zero a três anos no município de Pelotas/RS.
- PENTEADO, R. C. A supervalorização da prática como enunciado da docência na educação infantil.
- BORGES, J. D. G. A formação docente nas políticas curriculares de educação infantil: disputas por hegemonia (2009-2019)
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular Gaúcho: Educação Infantil. Porto Alegre: SEE,2018.
- PELOTAS. Secretaria de Educação e Desporto. Documento Orientador Municipal. Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Pelotas. Pelotas: SMED,2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018